

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 524.201 - SP (2019/0222990-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ADRIANA FARIA DA SILVA
ADVOGADO : ADRIANA FARIA DA SILVA - SP353909
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO DA SILVA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. ART. 50, VI, DA LEP. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA FRAGILIDADE DAS PROVAS OU DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA FALTA MÉDIA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. Writ não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Leonardo da Silva Santos**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento ao Agravo de Execução Penal n. 7000193-47.2018.8.26.0071, interposto pelo Ministério Público, para reconhecer a prática de falta grave, com seus consectários legais. Eis a ementa (fl. 20):

Agravo em execução. Falta disciplinar de natureza grave. Decisão de desclassificação para falta média. Insurgência ministerial. Inexistência de previsão legal quanto às faltas leves e médias. Impossibilidade da SAP regular o tema. Atenção ao princípio da legalidade. Reeducando que desrespeita agentes penitenciários e causa tumulto no estabelecimento prisional. Falta grave reconhecida. Perda de 1/6 dos dias remidos. Agravo ministerial provido.

Alega a impetrante que *a decisão do Tribunal de Justiça que reconheceu o cometimento de falta grave pelo paciente não deve persistir, uma vez que não se pode atribuir responsabilidade àquele por conduta não devidamente comprovada no que tange à autoria e porque sancionada de forma coletiva* (fl. 5).

Afirma que, ante a ausência de provas de que o apenado cometeu a conduta que lhe é imputada, sancioná-lo pelo cometimento de falta grave configura responsabilidade objetiva.

Assevera que *a conduta do paciente, se punível, se subsume ao quanto previsto nos artigos 45, I, do Regimento Interno Padrão, caracterizando falta disciplinar*

Superior Tribunal de Justiça

de natureza leve ou no máximo média (fl. 12).

Requer, inclusive liminarmente, o restabelecimento da decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais que classificou a falta praticada pelo paciente na modalidade média.

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte (fl. 26).

Prestadas as informações (fls. 32/47), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Nicolao Dino, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* ou, caso contrário, pela denegação da ordem (fls. 49/52).

É o relatório.

O *writ* não comporta conhecimento.

Como bem disse o nobre Subprocurador-Geral da República, em seu parecer, *tanto a arguição de que não há provas suficientes de que o apenado praticou a falta que lhe é imputada quanto o pleito de desclassificação para falta média, são insuscetíveis de análise nesta via, porquanto pressupõem incursão aprofundada em fatos e provas* (fl. 51).

Nesse sentido, a propósito, a Sexta Turma decidiu que *o reexame das questões consubstanciadas na alegação de não configuração da falta grave, ou na configuração de falta média ou leve, bem como na atipicidade material dos fatos, não se coaduna com a via estreita do habeas corpus, dada a necessidade, no caso, de incursão na seara fático-probatória, incabível nesta via* (AgRg no HC n. 465.680/SP, Ministra Laurita Vaz, DJe 23/4/2019). E, ainda: AgRg no HC n. 394.012/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 8/11/2018.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator